Central Eólica Cacimbas S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Central Eólica Cacimbas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Eólica Cacimbas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Cacimbas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 29 de abril de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

CNPJ Nº 13.389.543/0001-94
NIRE Nº 42 3 00042692
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 – Agronômica – Florianópolis – SC – 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Eólica Cacimbas S.A. (Cacimbas ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Cacimbas (Parque Eólico ou Usina), com potência instalada de 18,9 MW e capacidade comercial de 10,2 MW médios, em operação comercial desde janeiro de 2017. A Usina está localizada no município de Trairi, estado do Ceará (CE).

Cacimbas não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE Brasil Energia ou EBE), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Cacimbas pertence à Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC), uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez é uma controlada da ENGIE Brasil Energia, uma operadora de infraestruturas em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading*, transmissão de energia e transporte de gás.

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2019, a economia brasileira deu alguns sinais de retomada do crescimento, ainda que em ritmo mais lento que o esperado. Em dezembro de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou incremento de 1,1%, mesmo índice apresentado em 2018.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa segue acima do centro da meta de 4,25%, porém dentro do limite de variação de 1,5 p.p. para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2018, o IPCA foi 3,75%.

A taxa básica de juros (SELIC) chegou ao final do ano em seu menor patamar histórico, 4,5% a.a, enquanto o dólar (Ptax) fechou o ano cotado a R$ 4,03 – 4,0% de valorização quando comparado a 2018.

4. Desempenho Operacional

Em 2019, a geração total bruta de Cacimbas alcançou 77,7 GWh, superior em 0,7% a geração verificada em 2018, que foi de 77,1 GWh.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano foi de 95,4%, 0,3 p.p. superior ao verificado em 2018, que foi de 95,1%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2019 foi de 94,6%, 0,4 p.p acima da registrada em 2018, que foi de 94,2%.

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2019	2018	Variação %
Receita operacional líquida	20.508	26.033	(21,2)
Lucro bruto	9.201	15.576	(40,9)
Margem bruta	44,9%	59,8%	(14,9) p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	9.053	15.445	(41,4)
Ebitda (Lajida)	12.871	19.154	(32,8)
Margem Ebitda (Lajida)	62,8%	73,6%	(10,8) p.p.
Resultado financeiro	(4.580)	(4.960)	(7,7)
Lucro líquido do exercício	3.516	9.309	(62,2)

b) Comentário sobre as principais variações

A redução no EBITDA e Lucro Líquido decorreu, essencialmente, das transações no mercado de curto prazo e do reconhecimento de ressarcimento às distribuidoras da diferença entre o volume de energia gerado, o qual depende do regime de ventos, e o montante contratual previsto nos contratos de venda de energia elétrica no ACR.

5. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária, de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social, e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

6. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2019.

7. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para seu desempenho no ano de 2019.

A Administração

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ nº 13.389.543/0001-94 | NIRE nº 42 3 0004269-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.700	4.688
Contas a receber de clientes	5	5.029	4.400
Créditos fiscais a recuperar		136	829
Outros ativos circulantes		650	3.476
		13.515	**13.393**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	2.477	2.503
		2.477	**2.503**
Imobilizado	**7**	**89.915**	**87.922**
Intangível		**305**	**320**
Direito de uso de arrendamento	**11**	**2.750**	**-**
		95.447	**90.745**
TOTAL		**108.962**	**104.138**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	919	536
Financiamento	10	4.174	4.171
Ressarcimentos às distribuidoras	13	913	-
Arrendamentos a pagar	11	286	-
Dividendos	12	1.372	1.038
Outros passivos circulantes		409	235
		8.073	**5.980**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	49.707	53.542
Ressarcimentos às distribuidoras	13	1.905	-
Arrendamentos a pagar	11	2.546	-
Provisão para desmobilização	7	5.676	-
		59.834	**53.542**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		27.984	34.727
Reservas de lucros		13.071	9.889
		41.055	**44.616**
TOTAL		**108.962**	**104.138**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ nº 13.389.543/0001-94 | NIRE nº 42 3 0004269-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**13**	**20.508**	**26.033**
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA			
Depreciação e amortização		(3.818)	(3.709)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.704)	(3.422)
Serviços de terceiros		(1.964)	(1.492)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(573)	(501)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(410)	(304)
Pessoal		(363)	(320)
Seguros		(264)	(159)
Outros		(211)	(550)
		(11.307)	**(10.457)**
LUCRO BRUTO		**9.201**	**15.576**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(148)	(131)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**9.053**	**15.445**
Receitas (despesas) financeiras			
Renda de aplicações financeiras		216	121
Juros sobre depósitos vinculados		137	141
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(4.776)	(5.211)
Juros sobre arrendamentos		(280)	-
Outras receitas financeiras, líquidas		123	(11)
		(4.580)	**(4.960)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**4.473**	**10.485**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(957)	(1.176)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**3.516**	**9.309**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,12**	**0,26**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.516**	**9.309**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**3.516**	**9.309**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ nº 13.389.543/0001-94 | NIRE nº 42 3 0004269-2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

			Reservas de Lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2017		**40.516**	**81**	**1.384**	**-**	**41.981**
Redução de capital		(5.789)	-	-	-	(5.789)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.309	9.309
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	465	-	(465)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(885)	(885)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	7.959	(7.959)	-
Saldos em 31.12.2018	**12**	**34.727**	**546**	**9.343**	**-**	**44.616**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.516	3.516
Redução de capital		(6.743)	-	-	-	(6.743)
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	176	-	(176)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(334)	(334)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	3.006	(3.006)	-
Saldos em 31.12.2019	**12**	**27.984**	**722**	**12.349**	**-**	**41.055**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ nº 13.389.543/0001-94 | NIRE nº 42 3 0004269-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	4.473	10.485
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	3.818	3.709
Juros e variação monetária sobre financiamento	4.776	5.211
Juros sobre depósitos vinculados	(137)	(141)
Juros sobre arrendamentos	280	-
Outros	(122)	-
Lucro antes dos tributos ajustado	**13.088**	**19.264**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(507)	(2.689)
Créditos fiscais a recuperar	223	1.288
Outros ativos	2.826	(3.371)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	418	(1.468)
Ressarcimentos às distribuidoras	2.818	-
Outros passivos	(74)	135
Caixa gerado pelas operações	**18.792**	**13.159**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(274)	(1.141)
Pagamento de juros sobre financiamento	(4.508)	(4.729)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**14.010**	**7.289**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(18)	(230)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(18)**	**(230)**
Atividades de financiamento		
Financiamento pago	(4.100)	(3.943)
Financiamento obtido	-	5.765
Arrendamentos pagos	(300)	-
Redução de capital	(6.743)	(5.789)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	163	(42)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(10.980)**	**(4.009)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**3.012**	**3.050**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	4.688	1.638
Saldo final	7.700	4.688
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**3.012**	**3.050**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	(35)	50
Adoção inicial – IFRS 16/CPC 06 (R2)	2.852	-
Provisão para desmobilização	5.676	-
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(470)	48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ nº 13.389.543/0001-94 | NIRE nº 42 3 0004269-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Cacimbas S.A. ("Cacimbas" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 11.03.2011, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto social gerar energia elétrica de fonte eólica, podendo negociar créditos de carbono decorrentes dessa atividade, e a participação em outras sociedades, sejam simples ou empresárias, como sócia, acionista ou em consórcios.

Em 05.02.2015, a Aneel autorizou a entrada em operação comercial da Usina, localizada no município de Trairi (CE), com capacidade instalada de 18,9 MW e capacidade comercial de 10,2 MW médios.

A Cacimbas possui participação de 8,89% e 4,44% nos consórcios Trairí e Faísa-Trairí, respectivamente. O Consórcio Trairí construiu a subestação Trairí e as linhas de conexão das usinas à esta subestação. Já o Consórcio Faísa-Trairí foi o responsável pela construção das linhas de transmissão à subestação Pecém (CE).

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 29.04.2020.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.
Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamento

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairi são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

l) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado.

m) Novas normas, alterações e interpretações

A partir de 01.01.2019, estão vigentes as seguintes normas e alterações: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19); (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9); (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC n° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, exceto pelas alterações no CPC 06 (R2), cujos impactos estão apresentados abaixo.

m.1) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

As alterações no CPC 06 (R2) introduziram exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma alterada estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado.

A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

A Companhia realizou a análise de seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arrendamento das áreas onde o seu parque eólico está instalado. A partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo financeiro.

Conforme previsto no pronunciamento, a Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção (01.01.2019). Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, acrescidos dos pagamentos antecipados realizados até a data de adoção do CPC 06 (R2).

Como resultado da adoção das novas regras, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso de R$ 2.852, em 01.01.2019, em contrapartida dos passivos de arrendamentos a pagar. Mais detalhes são apresentados na Nota 11 – Operações de arrendamento.

A apuração desses valores considerou a utilização de julgamentos e estimativas, tais como a definição das taxas de desconto e outros aspectos que necessitaram de avaliação para a mensuração.

A adoção do CPC 06 (R2) não afeta a capacidade da Companhia de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) descritos na Nota 10 – Financiamentos.

n) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2020, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Revisão do CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) Alterações no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; e (iii) Alterações no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e depósitos bancários à vista	2.807	178
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	4.893	4.510
	7.700	**4.688**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2019	31.12.2018
Distribuidoras	3.173	-
Transações realizadas na CCEE[3]	1.856	2.472
Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda (EBC)	-	1.928
	5.029	**4.400**

Os valores faturados mensalmente à CCEE são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento. Em 31.12.2019, R$ 93 correspondem a títulos vencidos, em média, há 90 dias, para os quais a Companhia aguarda um desfecho para um acordo setorial. Os valores a receber da EBC, faturados mensalmente, são recebidos em uma única parcela em 10 dias após o mês de competência do faturamento. Já os saldos a receber de distribuidoras são recebidos em 03 parcelas iguais.

NOTA 6 – DEPÓSITOS VINCULADOS

Referem-se aos valores aplicados em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

NOTA 7 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2019			31.12.2018
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	3,3%	3.307	(334)	2.973	2.938
Máquinas e equipamentos	3,6%	99.464	(12.529)	86.935	84.641
		102.771	**(12.863)**	**89.908**	**87.579**
Em curso		**7**	**-**	**7**	**343**
		102.778	**(12.863)**	**89.915**	**87.922**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2017	**3.045**	**88.242**	**151**	**91.438**
Ingressos	-	-	180	180
Transferências	(1)	(11)	12	-
Depreciação	(106)	(3.590)	-	(3.696)
Saldos em 31.12.2018	**2.938**	**84.641**	**343**	**87.922**
/Ingressos	-	-	18	18
Ingresso - Provisão para desmobilização	-	-	5.676	5.676
Transferências	142	5.888	(6.030)	-
Depreciação	(107)	(3.594)	-	(3.701)
Saldos em 31.12.2019	**2.973**	**86.935**	**7**	**89.915**

[3] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

b.1) Ingresso - Provisão para desmobilização

A Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

c) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora de autorização para exploração do Parque Eólico Cacimbas, pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 05.02.2015.

NOTA 8 – FORNECEDORES

	31.12.2019	31.12.2018
Energia elétrica comprada para revenda	427	-
Fornecedores de materiais e serviços	226	261
Fornecedores de imobilizado	217	229
Encargos de uso da rede elétrica	49	46
	919	**536**

NOTA 9 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade da Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta à taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da TJLP.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2020 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação das taxas de juros e índices	**2019**	**2020**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Δ + 50% (*)**
TJLP	6,2%	5,57%	-0,6 p.p.	1,4 p.p.	2,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2020.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2019 e os previstos no cenário provável para 2020, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2020. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2020, em comparação com o ano de 2019, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2019	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos				
TJLP	53.881	323	(727)	(1.476)

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação e IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Brasil Energia Comercializadora, controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando rassim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2019, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

d) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	4.893	4.510
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.807	178
Contas a receber de clientes	5.029	4.400
Depósitos vinculados	2.477	2.503
	15.206	**11.591**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	919	536
Financiamento	53.881	57.713
	54.800	**58.249**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 – FINANCIAMENTO

a) Composição

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES						
Principal	4.003	49.707	53.710	3.991	53.542	57.533
Encargos	171	-	171	180	-	180
	4.174	**49.707**	**53.881**	**4.171**	**53.542**	**57.713**

b) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2017	**3.779**	**51.630**	**55.409**
Ingressos	389	5.376	5.765
Transferências	3.842	(3.842)	-
Juros e variação monetária	4.833	378	5.211
Amortização do principal	(3.943)	-	(3.943)
Pagamento dos juros	(4.729)	-	(4.729)
Saldos em 31.12.2018	**4.171**	**53.542**	**57.713**
Transferências	4.001	(4.001)	-
Juros e variação monetária	4.610	166	4.776
Amortização do principal	(4.100)	-	(4.100)
Pagamento dos juros	(4.508)	-	(4.508)
Saldos em 31.12.2019	**4.174**	**49.707**	**53.881**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2021	4.003
2022	4.003
2023	4.003
2024	4.003
2025	4.003
2026 a 2033	29.692
	49.707

d) Condições contratadas

Juros:	TJLP + 2,18% a.a. (a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporada ao principal).
Amortização:	Mensal até o vencimento do contrato, em julho de 2033.

e) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) totalidade das ações representativas do capital social; (iii) recebíveis e conta reserva do serviço da dívida.

f) Compromisso contratual *(covenant)*

A Companhia deve manter, durante toda a vigência do contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado (ICSD) ≥ 1,2. No ano de 2019, apesar de atingir integralmente o *covenant* mencionado, a Companhia obteve, em 23 de dezembro de 2019, carta de dispensa do cumprimento desta obrigação junto ao BNDES.

NOTA 11 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

Em 01.01.2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2), conforme mencionado na Nota 3 – Sumário das Principais Práticas Contábeis. Em sua análise, a Companhia identificou o contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado o seu parque eólico, cuja vigência é até 2047.

a) Direito de uso de arrendamento

	31.12.2019		
	Custo	Depreciação	Total
Terrenos	2.852	(102)	2.750
	2.852	**(102)**	**2.750**

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Adoção inicial	286	2.566	2.852
Juros	280	-	280
Transferência	20	(20)	-
Amortizações	(300)	-	(300)
Saldos em 31.12.2019	**286**	**2.546**	**2.832**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,2% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2019
2021	259
2022	235
2023	213
2024	193
2025	175
2026 a 2047	1.471
Arrendamentos a pagar	**2.546**

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31.12.2019, a Companhia reconheceu o montante de R$ 52, referente a despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2019 é de R$ 27.984 (R$ 34.727 em 31.12.2018), representado por 27.984.260 ações sem valor nominal, das quais 27.984.259 pertencem à controladora EEC e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia. A EEC é controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que, por sua vez, é controlada pela ENGIE Brasil Energia.

A Companhia reduziu seu capital no montante de R$ 6.743 durante o exercício de 2019, mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), com a extinção de 6.742.753 ações ordinárias, todas de titularidade da EEC.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

NOTA 13 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	16.230	-
Comercializadoras de energia elétrica	4.066	22.649
Transações no mercado de curto prazo	525	2.694
Outras receitas [4]	447	3.343
	21.268	**28.686**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(760)	(2.653)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**20.508**	**26.033**

As receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas, em 2019, pelo reconhecimento de R$ 2.818, relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", R$ 913 no passivo circulante e R$ 1.905 no passivo não circulante.

NOTA 14 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2019		31.12.2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta	20.821	20.821	25.343	25.343
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**1.666**	**2.499**	**2. 027**	**3. 041**
Receita financeira	553	553	283	283
Outras receitas	447	447	3.343	3.343
Base de cálculo	**2.666**	**3.499**	**5.653**	**6.667**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(666)**	**(315)**	**(1.413)**	**(600)**
Diferença de cálculo tributada pelo Lucro Real	-	-	598	215
Redução de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(642)**	**(315)**	**(791)**	**(385)**

[4] Multas contratuais por indisponibilidade nas usinas do Conjunto Eólico Trairi.

NOTA 15 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

Em agosto de 2015, o Conjunto Eólico Trairi comercializou 46,0 MW no Leilão de Energia Nova promovido pela Aneel, ao preço médio de venda de R$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. O início do suprimento da energia negociada no leilão ocorreu em 01.01.2019, após postergação de 1 ano solicitada pela Aneel através do Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD A-0) e de negociações bilaterais entre geradores e distribuidoras. O compromisso futuro, na data base 31.12.2019, é de R$ 331.566 (R$ 389.068 em 31.12.2018).

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção da Usina com a GE Energias Renováveis Ltda., vigente até 30.04.2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2019, é de R$ 13.611 (R$ 26.118 em 31.12.2018).

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2019, os compromissos futuros eram de R$ 13.997 (R$ 13.838 em 31.12.2018).

NOTA 16 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. A Central Eólica Cacimbas participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R$ R$102.796 e R$ 28.346, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2020.

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2014, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. Referido contrato foi renovado em 01.01.2019.

b) Venda de energia entre partes relacionadas

A Companhia possuía 9,9 MW médios de energia contratados com a ENGIE Brasil Comercializadora, empresa controlada pela ENGIE Brasil Energia. O contrato foi encerrado em 2018.

NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e elaborou planos de ação para evitar a contaminação da equipe operacional e administrativa. Na data dessas demonstrações contábeis os negócios da Companhia estão autorizados pelos órgãos federativos a continuar operando. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da pandemia e, nesta data, não identificou impactos significativos em seus saldos e suas operações.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2019, da Central Eólica Cacimbas S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

Sergio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Daniela Justin Gonçalves Duarte
CRC SC-025631/O-7